



universidade de aveiro
theoria poiesis praxis



OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

SUSTENTABILIDADE DA DISPENSA DE MEDICAMENTOS NAS FARMÁCIAS EM PORTUGAL

Avelino Azevedo Antão
Universidade de Aveiro

Carlos Manuel Grenha
Oliveira, Reis & Associados, S.R.O.C., Lda.

Setembro de 2016

Sumário Executivo

Assegurar o acesso ao medicamento e a sustentabilidade do sistema são objetivos da política do medicamento.

A dispensa de medicamentos à população é assegurada por uma rede de farmácias, que presta um importante serviço de interesse público, disponibilizando um vasto conjunto de serviços de saúde de proximidade, garantindo a equidade da cobertura e da assistência farmacêutica em todo o território nacional.

A rede de farmácias é constituída por 2.919 micro, pequenas e médias empresas, com um mercado caracterizado por forte concorrência local. Portugal é um dos países europeus com menor número de habitantes por farmácia, concorrendo ainda com 1.013 locais de venda de medicamentos não sujeitos a receita média, o equivalente a 35% das farmácias do país. É de assinalar que a maioria destes locais é pertencente a grandes grupos económicos, em situação de vantagem concorrencial.

A dispensa de medicamentos é o serviço de saúde mais relevante para a atividade da farmácia em termos económicos. Os medicamentos sujeitos a receita médica e não sujeitos a receita médica comparticipados, fortemente regulados pelo Estado de forma a evitar distorções à concorrência que prejudiquem os cidadãos, representam cerca de 75% do volume de vendas da farmácia média. Por essa razão, a economia da farmácia é altamente dependente das políticas farmacêuticas. O presente estudo versa sobre o mercado regulado e tem como principal objetivo analisar alguns indicadores económicos e financeiros que permitam compreender melhor a adequabilidade do financiamento público à sustentabilidade da dispensa de medicamentos por parte das farmácias e o acesso ao medicamento pela população.

Os indicadores económicos e financeiros continuam a demonstrar a grande fragilidade da rede de farmácias e a sua forte dependência das medidas políticas de controlo da despesa com medicamentos, nomeadamente via preço e margens reguladas dos medicamentos. Quando analisadas de uma perspetiva que trate isoladamente o segmento de negócio respeitante ao mercado regulado, obtemos os seguintes indicadores:

- Em 2014, a farmácia média apresentava resultado operacional negativo de -869€ e resultado líquido negativo no valor de -9.753€.
- Por cada serviço de dispensa de medicamentos, no valor médio de 13,5€, a farmácia perdia 0,17€.
- Cerca de 70% das farmácias apresentavam resultado líquido negativo.

As projeções para 2015 indicam uma melhoria marginal do resultado operacional, que continua a ser insuficiente para a recuperação económica da farmácia média, dado que se mantém um resultado líquido negativo muito semelhante ao de 2014.

Os resultados encontrados demonstram que o serviço de dispensa de medicamentos não é sustentável. Estes resultados vêm reforçar outros estudos que evidenciam as dificuldades no acesso ao medicamento e a insustentabilidade económica da assistência farmacêutica à população.

Índice

1.	Introdução	5
2.	Caraterização.....	7
3.	Metodologia	11
4.	Dispensa de Medicamentos Indicadores Económicos 2014	15
5.	Dispensa de Medicamentos Projeções 2015.....	19
6.	Discussão e Conclusões	21
7.	Referências	23
8.	Autores	24

1. Introdução

O acesso ao medicamento é um dos direitos fundamentais dos cidadãos na proteção da Saúde. Com efeito, a Constituição da República Portuguesa estabelece como incumbência prioritária do Estado regular, entre outras áreas, o circuito do medicamento, desde a produção à comercialização, bem como a sua utilização. Daí decorre que princípios como a qualidade, a acessibilidade e a equidade, bem como a comparticipação de medicamentos no âmbito do Serviço Nacional de Saúde (SNS), sejam direitos dos cidadãos portugueses.

São estas premissas que justificam a regulação do acesso ao medicamento, bem como do serviço de dispensa de medicamentos aos cidadãos, contratado pelo SNS a prestadores de saúde privados (farmácias), que constituem redes comunitárias de proximidade que prosseguem uma atividade de saúde e de interesse público, no âmbito do sistema de saúde português.

À semelhança do que sucede com outras áreas da prestação de serviços de saúde à população, o financiamento público da dispensa de medicamentos é uma das incumbências do Estado, que mais influência tem ao nível dos princípios da universalidade e da equidade no acesso à Saúde.

O presente estudo tem como principal objetivo analisar alguns indicadores económicos e financeiros que permitam melhor compreender a adequabilidade do financiamento público à sustentabilidade da dispensa de medicamentos à população.

Por outro lado, nos últimos anos, consequência do contexto económico do país, foi implementada uma série de medidas com vista a reduzir a despesa pública com a Saúde. O setor do medicamento foi uma das áreas mais sujeitas a intervenção do Estado no sentido de controlar a despesa. Com esse objetivo, foram implementadas várias medidas no sentido de aumentar a concorrência no mercado do medicamento, como, por exemplo, a implementação da prescrição por DCI (Denominação Comum Internacional) e a promoção do mercado de medicamentos genéricos. Foram igualmente implementadas medidas de redução de preços e margens máximas de comercialização dos medicamentos, bem como políticas que incidiram sobre a comparticipação e racionalização da prescrição.

Pretende-se, assim, monitorizar igualmente os possíveis efeitos dessas políticas a nível da economia da farmácia e identificar o eventual impacto no acesso ao medicamento.

Para esse efeito, analisou-se a situação económica e financeira das farmácias, com base em dados reais de 2014 e previsões para 2015, de forma a caracterizar em termos económicos o serviço de dispensa de medicamentos.

O estudo está organizado em quatro capítulos. No primeiro procede-se à caracterização do serviço de dispensa de medicamentos em termos regulamentares, características e estrutura do mercado.

Nos dois capítulos subsequentes faz-se uma análise detalhada dos indicadores económicos e financeiros que permitem conhecer a real situação da rede de farmácias e, dessa forma, compreender a sustentabilidade do serviço de dispensa de medicamentos à população.

Finalmente, no último capítulo procede-se à discussão crítica dos resultados encontrados, nomeadamente através da análise da literatura existente na área da economia da farmácia e do acesso ao medicamento.

Este estudo vem contribuir com uma nova perspetiva económica, que servirá para reforçar a evidência já existente sobre a sustentabilidade da cobertura farmacêutica e o acesso ao medicamento em Portugal.

2. Caracterização

Enquadramento regulamentar

A Constituição da República Portuguesa define, no seu artigo 64.º, as obrigações do Estado no sentido de assegurar a proteção à Saúde dos cidadãos portugueses. Uma dessas obrigações é “disciplinar e controlar a produção, a distribuição, a comercialização e o uso dos produtos químicos, biológicos e farmacêuticos e outros meios de tratamento e diagnóstico”.

O medicamento é, por isso, um dos pilares fundamentais dos direitos dos cidadãos à proteção na Saúde, justificando a regulação do Estado e o financiamento público de forma a assegurar a cobertura farmacêutica e a equidade no acesso ao medicamento.

A Lei de Bases da Saúde (Lei n.º 48/90, de 24 de agosto) define a abrangência da atividade farmacêutica. O regime jurídico das farmácias de oficina (Decreto-Lei n.º 307/2007, de 31 de agosto) estabelece o interesse público desta atividade de saúde, bem como os deveres de continuidade de serviço, dispensa, farmacovigilância e uso racional do medicamento.

Por estas razões, assegurar o acesso ao medicamento e garantir a sustentabilidade do sistema, através de uma maior racionalidade e eficiência na gestão do medicamento a nível ambulatorio e hospitalar, são dois dos principais objetivos da política do medicamento¹.

Estrutura

A cobertura farmacêutica e o acesso ao medicamento são assegurados pela rede de farmácias de oficina, tal como estabelecido pelo regime jurídico em vigor.

Em 2014, o setor de farmácias era constituído por 2.919 micro, pequenas e médias empresas. Estas empresas apresentavam um volume de negócios de cerca de 1,7% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, empregando 20.203 trabalhadores, dos quais 8.345 farmacêuticos.

É, assim, o setor de atividade que emprega maior número de farmacêuticos, com 62,5% de farmacêuticos a exercerem farmácia comunitária.

¹ INFARMED,
http://www.infarmed.pt/portal/page/portal/INFARMED/PERGUNTAS_FREQUENTES/MEDICAMENTOS_USO_HUMANO/MUH_POLITICA_MEDICAMENTO/#P1

Tabela n.º 1 - Estrutura do Setor de Farmácias

	2013	2014
Número de farmácias	2.915	2.919
Volume de Negócios em % PIB	1,7%	1,7%
Número de farmacêuticos comunitários	7.973	8.345
Número de farmacêuticos/ farmácia*	2,9	3,0

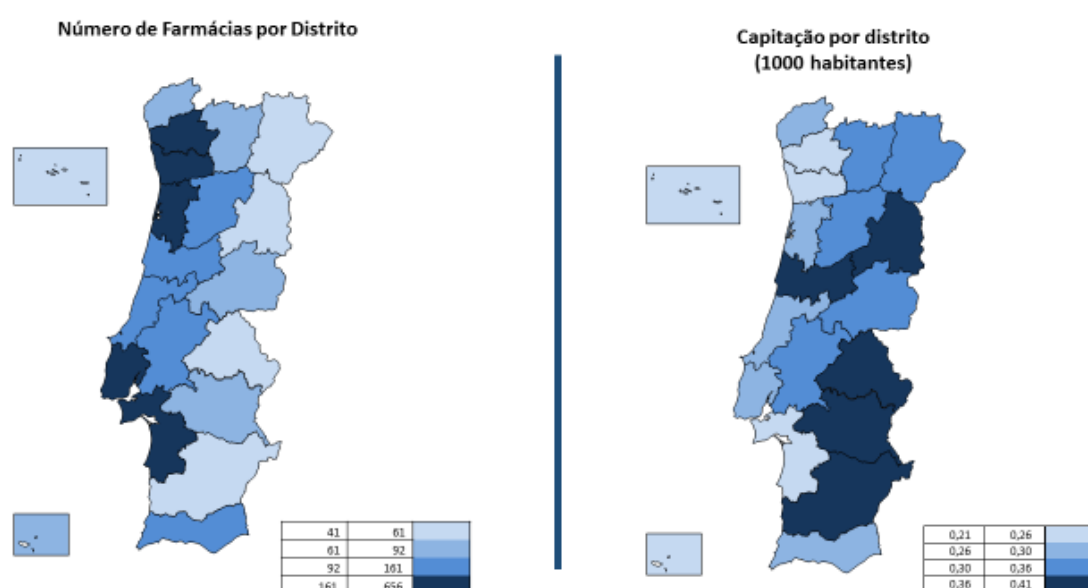
Fontes: ANF (farmácias); PIB (AICEP); CEFAR (número de trabalhadores e farmacêuticos)

*O número médio de farmacêuticos por farmácia é obtido considerando o número de postos de trabalho com função de farmacêutico

Com um número médio de 7 pessoas ao serviço por farmácia, 3 das quais farmacêuticos, Portugal posiciona-se como um dos países europeus com maior número de farmacêuticos por farmácia. Isto é indicativo da elevada qualificação dos quadros de pessoal das farmácias comunitárias.

A nível de localização geográfica, a distribuição de farmácias acompanha a distribuição da população, com maior concentração de farmácias nas zonas litorais. No entanto, é nas zonas do interior que há mais farmácias por habitante, indicador de cobertura farmacêutica adequada às necessidades da população em todo o território nacional.

Figura n.º 1 - Cobertura Farmacêutica



Fontes: ANF (farmácias); INE (população)

Em 2014, existia uma farmácia para cada 3.563 habitantes, face a uma média europeia de 4.528 habitantes por farmácia². Portugal é um dos países europeus onde o número de habitantes por farmácia é menor e, portanto, com melhor cobertura farmacêutica.

A nível económico, o setor de farmácias é um dos setores de atividade que contribui para o desenvolvimento de economias locais, particularmente em zonas de menor concentração do tecido empresarial ou de serviços.

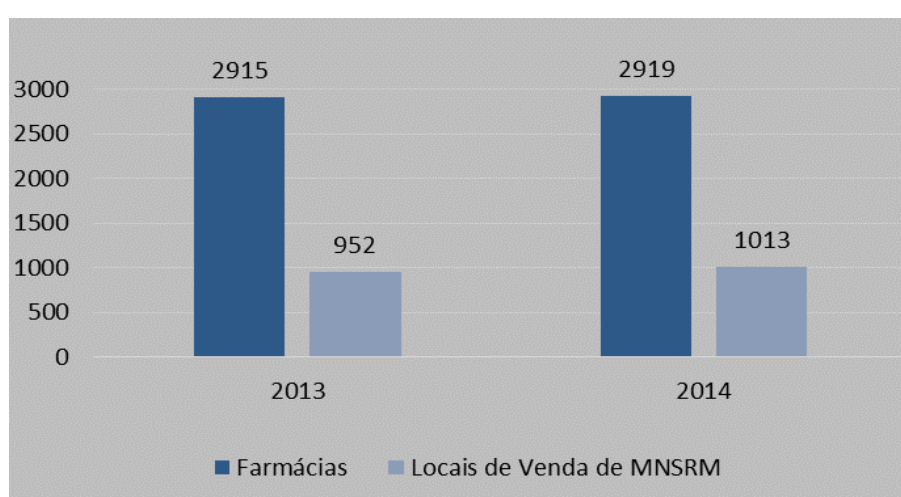
Mercado

O mercado de medicamentos em ambulatório é um mercado liberalizado, caracterizado por forte concorrência local e constituído por três grandes setores de atividade: farmácia, parafarmácia e retalho alimentar.

O setor de farmácias é constituído por um grande número de micro, pequenas e médias empresas, com limites à concentração de mercado, de forma a evitar distorções à concorrência por dominância económica. Nos mercados locais verifica-se uma elevada concorrência entre agentes económicos a nível de localização, preço e serviços oferecidos aos consumidores.

Em 2014 ainda existiam 1.013 locais de venda de medicamentos não sujeitos a receita médica (MNSRM), o que correspondia a 35% do total de farmácias do país, concorrendo diretamente com as farmácias neste segmento de mercado.

Gráfico n.º 1 - Mercado Concorrencial | N.º de Empresas



Fontes: ANF (farmácias); INFARMED (locais de venda de MNSRM)

² PGEU Facts & Figures 2014/2015

Estes pontos de venda incluem as parafarmácias, que são também pequenas e médias empresas, e os grupos de retalho alimentar.

Ao contrário do setor de farmácias, esta área de atividade é caracterizada por uma grande concentração de mercado, com os grandes grupos económicos do retalho alimentar a deterem 83% do mercado de MNSRM fora das farmácias (INFARMED, 2015).

A quota de mercado de MNSRM fora das farmácias tem mantido uma tendência de crescimento, atingindo 20% de quota em valor e 21% em volume, em 2014 (INFARMED, 2015).

Relativamente ao total do mercado ambulatorio, estes medicamentos representavam 9% em valor e 15% em volume (INFARMED, 2015).

O contexto económico tem-se refletido no comportamento das empresas do setor de farmácias, a nível de encerramento temporário de farmácias por dificuldades económicas, bem como de insolvências e penhoras.

Tabela n.º 2 - Comportamento das Empresas

	2013		2014	
	Encerramento	Reabertura	Encerramento	Reabertura
Encerramento / Reabertura de Farmácias	29	11	17	2
	Insolvência	Penhora	Insolvência	Penhora
Farmácias em Insolvência / Penhora	125	265	169	323

Os anos de 2013 e 2014 foram aqueles em que se observou um maior número de encerramentos de farmácias, período em que encerraram 46 farmácias e reabriram apenas 13 (dados do INFARMED, sistematizados no Relatório de Primavera 2015)³.

Em Dezembro de 2014, 492 farmácias, 16,9% das farmácias do país, encontravam-se em situação de insolvência ou penhora, o que representa um crescimento de 102 farmácias face ao ano anterior nessa situação⁴.

³ OPSS, Relatório de Primavera 2015

⁴ CEFAR, Base de Dados MOPE, Farmácias: Insolvência e Penhora, 2015

3. Metodologia

A venda de medicamentos sujeitos a receita médica (MSRM) e não sujeitos a receita médica (MNSRM) comparticipados encontra-se sob forte regulação do Estado no que respeita à distribuição e comercialização, pelo que os agentes económicos do setor, nomeadamente as farmácias, estão muito dependentes das decisões políticas e da regulação na área do medicamento.

No caso particular das farmácias, setor em análise neste estudo, é particularmente relevante a regulação do preço do medicamento, bem como da remuneração dos diferentes agentes económicos.

No que respeita ao Preço de Venda ao Público (PVP) do medicamento, o Estado define o PVP máximo com base no PVA (preço de venda ao armazenista), que, por sua vez, é definido tendo por base o preço de referência internacional. A esse valor são aplicadas as taxas legais (IVA e taxa de comercialização), bem como as margens da distribuição.

O regime de formação de preços torna, assim, o setor de farmácias altamente dependente das medidas tomadas com vista a reduzir o preço dos medicamentos, bem como de decisões de redução voluntária de preços por parte da indústria farmacêutica.

A remuneração das farmácias também é regulada pelo Estado, que define as margens máximas da distribuição (grossistas e farmácias), de acordo com escalões de preços de medicamentos. O sistema de margens reguladas é um sistema de base regressiva, de forma a incentivar a venda de medicamentos mais baratos, e engloba uma componente fixa e uma componente variável. Em 2014, a margem média da farmácia nos medicamentos de venda regulada era de 17,5%⁵.

Os MSRM e MNSRM comparticipados representam cerca de 75% das vendas totais das farmácias, pelo que o setor está muito dependente dos resultados económicos neste universo. Outros estudos indicam que a venda de outros produtos e serviços não é suficiente para compensar a perda de margem no medicamento (Barros, P. *et al*, 2012). Por estes motivos, a metodologia adotada no presente estudo versa sobre o mercado regulado, pois considera-se que é o método mais adequado para compreender a verdadeira situação económica do setor, bem como o impacto das medidas da política do medicamento nos resultados das farmácias.

⁵ CEFAR

Fontes de informação e nota metodológica

O universo de análise definido para o estudo foi o correspondente à totalidade das farmácias a operar em Portugal (2.919 farmácias) a 31 de Dezembro de 2014. Considerando que os atributos em análise seriam os rendimentos e os gastos que compõem o resultado líquido das farmácias, procurou-se reunir amostras tão significativas quanto possível, que permitissem uma adequada extrapolação dos resultados do estudo para o total do universo.

Os dados relativos à faturação foram obtidos por duas fontes de informação distintas, permitindo reunir uma amostra de 1.927 farmácias:

- Demonstrações financeiras -A amostra utilizada teve por base informação relativa a uma base de dados das declarações para o exercício económico de 2014 da IES – Informação Empresarial Simplificada, obtida via Informa DB. Esta base de dados, adiante designada “dados financeiros das farmácias”, permitiu a obtenção de dados de 2.884 sociedades. Destas foram excluídas as entidades que não apresentaram vendas e serviços prestados em 2014, as sociedades constituídas nesse ano, bem como as parafarmácias, chegando a uma amostra final de 1.927 empresas;
- Dados relativos ao volume de faturação das farmácias, recolhidos pela hmR, no ano de 2013, 2014 e 2015.

A partir da amostra final de 1.927 empresas, estimou-se o peso dos medicamentos comparticipados no total das vendas das farmácias, que representa 75% das vendas totais. Aplicando-se a margem média legal sobre o preço dos medicamentos, assumiu-se que o custo das mercadorias vendidas era de 82,5% das vendas. Foi igualmente considerado na rubrica “outros rendimentos e ganhos” o desconto comercial dos grossistas, que representa, em média 3,5%. A todas as restantes rubricas foram aplicados os pesos verificados nos dados da IES.

Para chegar aos resultados finais, procedeu-se a uma extrapolação dos valores para o universo das 2.919 farmácias existentes em 2014, passando a incluir também as ENI (empresas em nome individual). Na extrapolação, foram utilizados os valores das vendas hmR e mantiveram-se as ponderações das diferentes rubricas face ao volume de vendas apurado.

A projecção para 2015 foi efetuada com base nos dados da hmR para o mercado de medicamentos (2015 vs. 2014), obtendo-se um crescimento de 1,4%. Relativamente às restantes rubricas, mantiveram-se os mesmos pesos de 2014, nomeadamente a manutenção do peso do custo de mercadorias vendidas de 82,5% sobre as vendas e de 3,5% de desconto comercial.

A agregação das diferentes rubricas da demonstração de resultados foi efetuada de acordo com a informação constante da tabela número 3.

Tabela n.º 3 - Agregação de Rubricas

Legenda coluna	Demonstração dos Resultados Sintetizada	Campos Originais SABI/ Informa D&B
(a)	Vendas e serviços prestados	Vendas e serviços prestados
(b)	Custo das mercadorias vendidas	- Custo mercadorias vendidas, matérias consumidas
(c)	Margem Bruta	= (a) + (b)
(d)	Fornecimentos e serviços externos	= - Fornecimentos e serviços externos
(e)	Gastos com o pessoal	= - Gastos com o pessoal
(f)	Outros rendimentos e ganhos	= [Subsídios à exploração + Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos + Variação nos inventários da produção + Trabalhos para a própria entidade + Aumentos/reduções de justo valor + Outros rendimentos e ganhos + Juros e rendimentos similares obtidos]
(g)	Outros gastos e perdas	= - [Imparidade de inventários (perdas/reversões) + Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões) + Provisões (aumentos/reduções) + Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões) + Imparidades-outras (perdas/reversões) + Outros gastos e perdas]
(h)	Resultado operacional bruto	= (c) + (d) + (e) + (f) + (g)
(i)	Gastos de depreciação e de amortização	= - [Gastos/reversões de depreciação e de amortização + Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)]
(j)	Resultado operacional	= (h) + (i)
(k)	Juros e gastos similares suportados	= - Juros e rendimentos similares obtidos
(l)	Resultado antes de impostos	= (j) + (k)
(m)	Imposto sobre o rendimento do período	= - Imposto sobre o rendimento do período
(n)	Resultado líquido do período	= (l) + (m)

De uma forma sumária, o presente estudo foi efetuado tendo por base a demonstração de resultados a dois níveis:

Com base na amostra de dados oficiais das IES1 individualizadas de 1.927 farmácias (excluindo Empresários em Nome Individual), foram calculados os valores médios do setor para uma demonstração de resultados completa. Posteriormente, através da base de dados da hmR (e mantendo os ponderadores anteriores), obteve-se uma demonstração de resultados de uma farmácia média (incluindo Empresários em Nome Individual) para a totalidade das vendas do setor. Considerando que uma amostra de 1.927 farmácias é representativa do universo de farmácias do país e dos diferentes mercados locais, obteve-se a demonstração de resultados, através dos valores médios da totalidade da amostra (análise individualizada “*botom up*” approach).

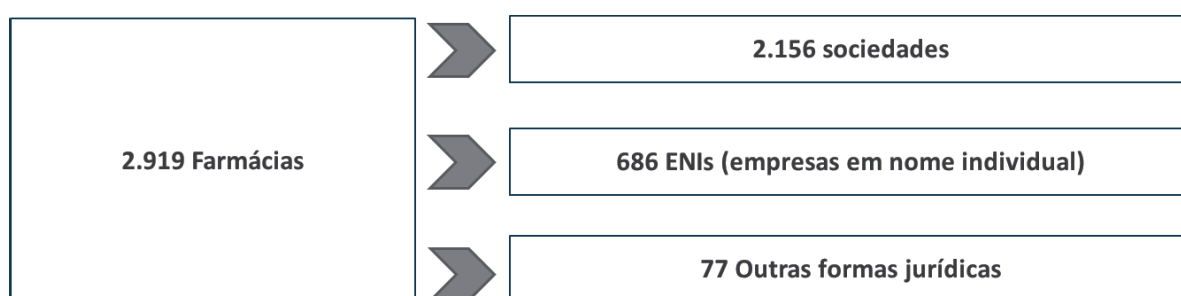
A demonstração de resultados da farmácia média foi feita com base na demonstração de resultados globais, aplicando-se a margem média de comercialização para obter o custo das mercadorias, bem como a repartição de vendas reguladas versus não reguladas (fonte: hmR), obtendo dessa forma os indicadores económicos das farmácias necessários para a construção dos resultados da farmácia média em 2014 (mantendo os restantes ponderados obtidos anteriormente).

Caraterização da Amostra e do Universo de Farmácias

A amostra utilizada contém informação da IES (Informação Empresarial Simplificada) de 1.927 sociedades, o que corresponde a 89% das sociedades do universo.

Esta amostra foi construída com base numa amostra inicial de 2.884 empresas com CAE 47730, da qual foram eliminadas todas as empresas com vendas nulas e as constituídas em 2014, alcançando uma amostra de 2.063 empresas. Dessa amostra foram excluídas todas as empresas que não eram farmácias (excluídas parafarmácias), chegando à amostra final de 1.927 empresas.

Figura n.º 2 – Caraterização da Amostra



Os resultados finais foram obtidos através da extrapolação dos valores para o universo das 2.919 farmácias existentes em 2014, passando a incluir também as ENI (empresas em nome individual).

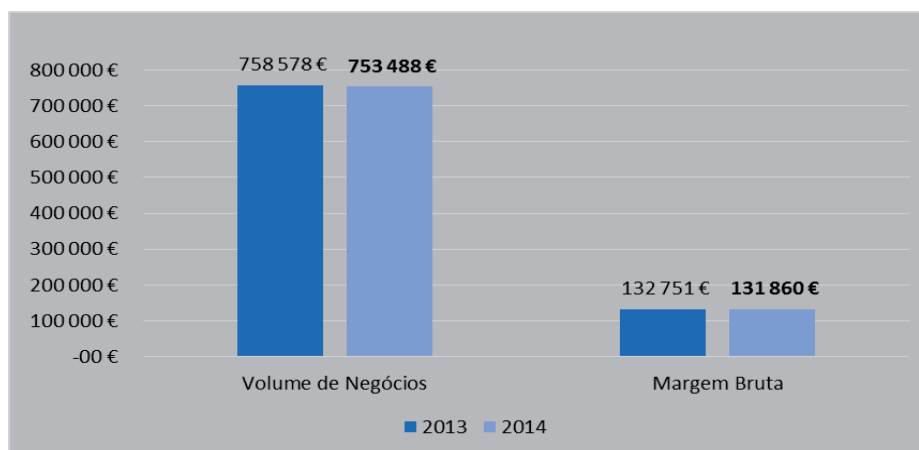
4. Dispensa de Medicamentos | Indicadores Económicos 2014

FARMÁCIA MÉDIA EM 2014

- Redução de 0,7% do volume de vendas da farmácia média face ao ano anterior
- Resultado operacional negativo no valor de -869€
- Resultado líquido negativo no valor de -9.753€
- A farmácia perde 0,17€ por cada atendimento para dispensa de medicamentos
- 69% das farmácias apresentavam resultado líquido negativo

Em 2014, a farmácia média apresentava um valor de vendas de 753.488€ no segmento de medicamentos comparticipados, com um decréscimo de 0,7% face ao ano anterior, o que indica a estagnação do mercado. Considerando que a margem máxima sobre as vendas é estabelecida pelo Estado, o valor absoluto da margem bruta da farmácia média apresenta o mesmo comportamento, verificando-se uma redução pouco significativa de 0,7%, totalizando 131.860€.

Gráfico n.º 2 - Indicadores Económicos | Vendas e Margem Bruta



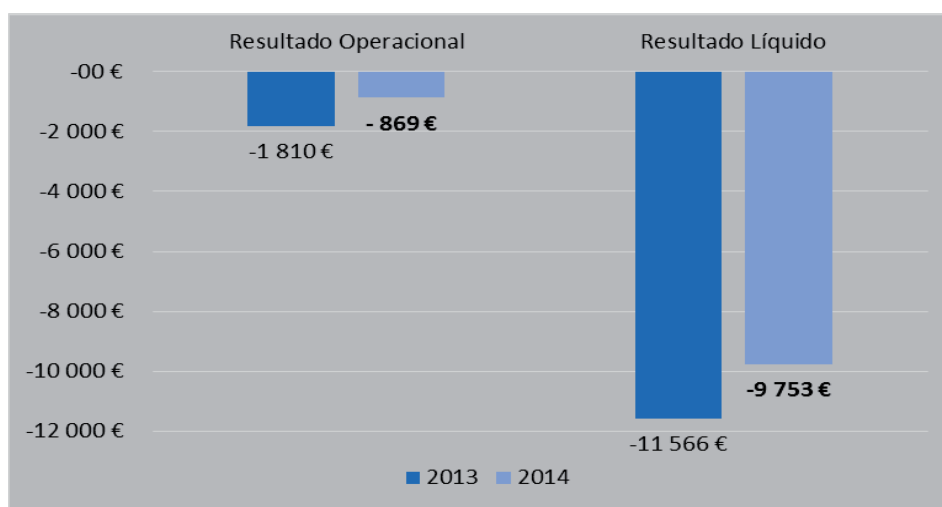
O resultado operacional bruto da farmácia média em 2014 era de 10.771€, com um peso de 1,4% em termos de volume de negócios. Face a 2013, verifica-se um ligeiro agravamento do resultado operacional bruto, no valor de 539€, que se deve essencialmente ao aumento da rubrica “outros gastos e perdas”, que cresceu 34,5%, não sendo compensado pela redução de custos verificada na rubrica “gastos com o pessoal” (-3,7%) nem pelo aumento dos “outros rendimentos e ganhos” (4,3%).

O resultado operacional da farmácia média apresentou uma melhoria, mas muito pouco significativa, insuficiente para reverter os resultados negativos.

Assim, em 2014, tal como em 2013, a farmácia média continuava a apresentar resultados operacionais negativos, no valor de -869€, correspondente a -0,1% do volume de negócios.

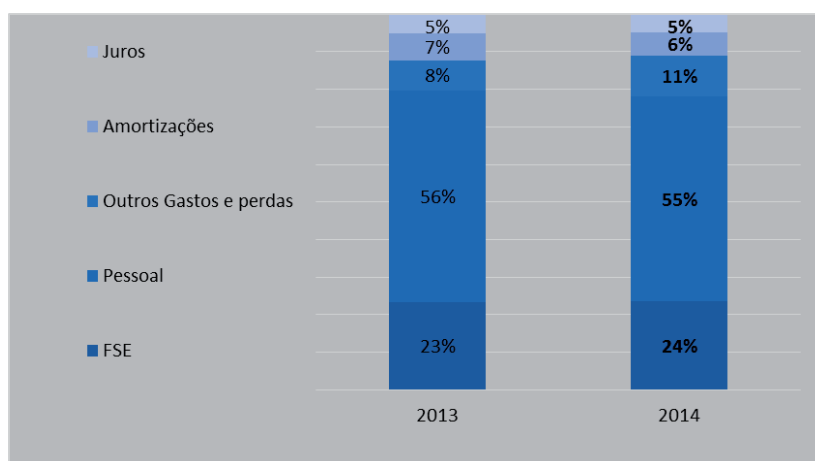
O setor encerra, assim, mais um ano com resultados negativos, com a farmácia média a apresentar um resultado líquido de -9.753€, -1,3% do volume de negócios em 2014.

Gráfico n.º 3 - Indicadores Económicos



Em termos de custos do setor, a rubrica de maior peso são os gastos com pessoal, que representavam, em 2014, 55% dos custos da farmácia média, excluindo o custo das mercadorias vendidas. Face ao volume de negócios da farmácia média, esta rubrica representava -13,5%. Face a 2013, verificou-se uma redução ligeira (-3.895€) dos gastos com pessoal, que totalizava 101.629€ em 2014 (gráfico número 4).

Gráfico n.º 4 - Gastos das Farmácias



A rubrica “fornecimentos e serviços externos” representava, em 2014, -5,8% do volume de negócios, totalizando 43.776€, com uma variação de 0,5% face ao ano anterior.

As variações mais significativas encontraram-se ao nível da rubrica “outros gastos e perdas”, que aumentou 34,5% entre 2013 e 2014, com um valor de -20.096€.

Em sentido inverso, os gastos de depreciação e de amortização reduzem -11,3% para um valor negativo de -11.640€. Também os juros e gastos similares suportados apresentam uma redução de -8,9%, totalizando -8.885€ em 2014.

Na tabela número 4 sistematiza-se a demonstração de resultados da farmácia média em 2013 e 2014.

Tabela n.º 4 - Demonstração de Resultados da Farmácia Média

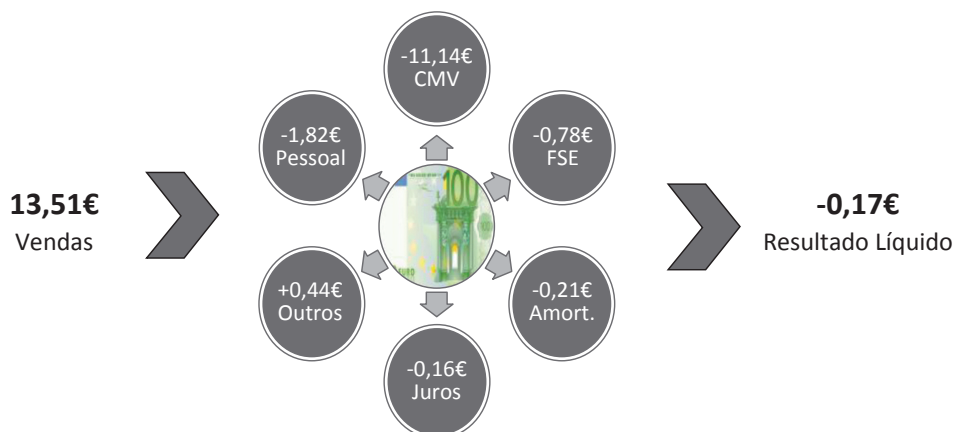
Demonstração dos Resultados Sintetizada	2014		2013	
	Média Nacional	% VN	Média Nacional	% VN
Vendas e serviços prestados	753 488	100,0%	758 578	100,0%
Custo das mercadorias vendidas	-621 627	-82,5%	-625 827	-82,5%
Margem Bruta	131 860	17,5%	132 751	17,5%
Fornecimentos e serviços externos	-43 776	-5,8%	-43 548	-5,7%
Gastos com o pessoal	-101 629	-13,5%	-105 524	-13,9%
Outros rendimentos e ganhos	44 411	5,9%	42 568	5,6%
Outros rendimentos e ganhos Balanc.	18 039	2,4%	16 017	2,1%
Desconto Comercial	26 372	3,5%	26 550	3,5%
Outros gastos e perdas	-20 096	-2,7%	-14 937	-2,0%
Resultado operacional bruto	10 771	1,4%	11 310	1,5%
Gastos de depreciação e de amortização	-11 640	-1,5%	-13 120	-1,7%
Resultado operacional	-869	-0,1%	-1 810	-0,2%
Juros e gastos similares suportados	-8 885	-1,2%	-9 756	-1,3%
Resultado antes de impostos	-9 753	-1,3%	-11 566	-1,5%
Imposto sobre o rendimento do período	0	0,0%	0	0,0%
Resultado líquido do período	-9 753	-1,3%	-11 566	-2,3%

Do apuramento da demonstração dos resultados da farmácia média, no segmento de vendas sujeitas a regulação, verifica-se que o resultado antes de impostos se apresenta negativo. Com base nesta premissa, optou-se por não considerar qualquer montante para o imposto sobre o rendimento. No entanto, é de mencionar que, independentemente de ser apurado resultado positivo ou negativo, existem despesas que se encontram sujeitas a tributação autónoma em sede de IRC, nomeadamente encargos com viaturas ligeiras de passageiros ou mistas, despesas de representação e despesas não documentadas, entre outras. A ser considerado este montante, verificar-se-ia um agravamento do resultado líquido do período, agravando a rentabilidade do segmento de negócio associado às vendas reguladas.

De forma a ter uma melhor perceção dos resultados em termos de atividade diária da farmácia, efetuou-se o exercício de apurar o resultado líquido da farmácia média por cada venda de medicamentos comparticipados.

Assim, à venda média por atendimento na farmácia (dados CEFAR), foi aplicado o mesmo pressuposto assumido para a definição do mercado de vendas reguladas (75% das vendas totais, fonte hmR), apurando-se o valor de 13,51€.

Figura n.º 3 - Demonstração de Resultados na Venda Média

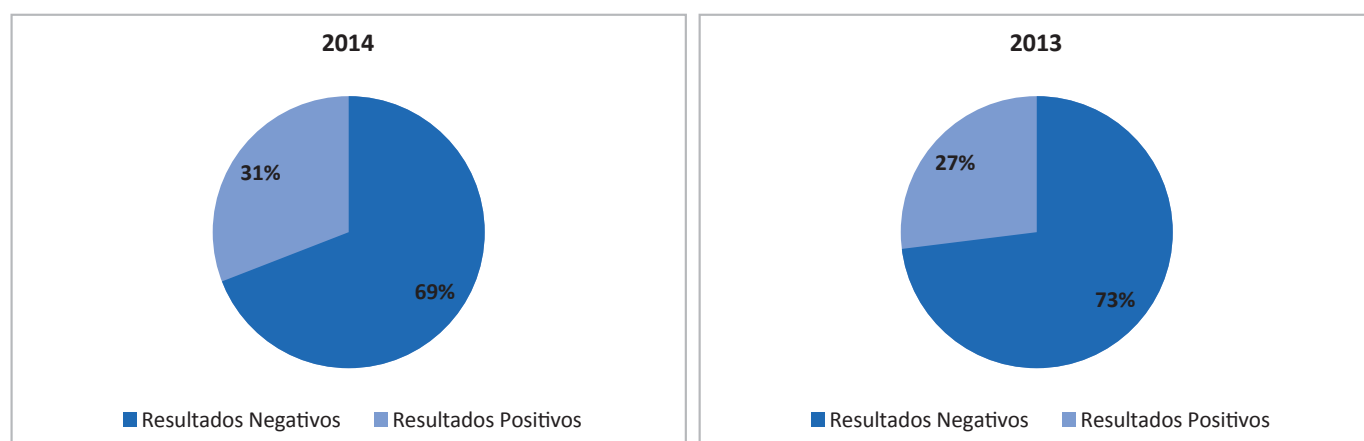


Aplicando-se os mesmos pesos de cada uma das rubricas da demonstração de resultados, alcançou-se o resultado líquido de -0,17€.

De forma a obter indicadores adicionais da situação económica e financeira do setor de farmácias, apurou-se igualmente o número de farmácias com resultados negativos.

Em 2014, 1.331 farmácias da amostra apresentaram resultado líquido negativo, o que representa 69% do total das farmácias.

Gráfico n.º 5 – Farmácias com Resultados Negativos



5. Dispensa de Medicamentos | Projeções 2015

FARMÁCIA MÉDIA EM 2015

- Resultado operacional mantém-se negativo, sem variação significativa: -870€
- Resultado líquido mantém-se negativo (-9.768€), um agravamento de 0,2% face ao resultado de 2014

Na projeção para 2015, que se apresenta na tabela número 5, foram apurados resultados muito semelhantes aos de 2014. O volume de vendas da farmácia média varia apenas 0,1%, totalizando 754.636€. Também o custo das mercadorias vendidas aumenta apenas 0,2%, para um valor de 622.575€.

Tabela n.º 5 - Demonstração de Resultados da Farmácia Média em 2015

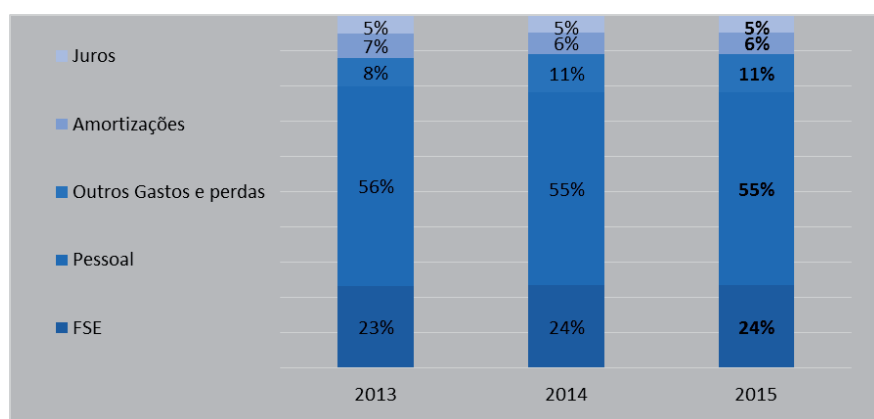
	2015'	
Demonstração dos Resultados Sintetizada	Média Nacional	% VN
Vendas e serviços prestados	754 636	100,0%
Custo das mercadorias vendidas	-622 575	-82,5%
Margem Bruta	132 061	17,5%
Fornecimentos e serviços externos	-43 843	-5,8%
Gastos com o pessoal	-101 784	-13,5%
Outros rendimentos e ganhos	44 479	5,9%
Outros rendimentos e ganhos Balanc.	18 067	2,4%
Desconto Comercial	26 412	3,5%
Outros gastos e perdas	-20 127	-2,7%
Resultado operacional bruto	10 788	1,4%
Gastos de depreciação e de amortização	-11 658	-1,5%
Resultado operacional	-870	-0,1%
Juros e gastos similares suportados	-8 898	-1,2%
Resultado antes de impostos	-9 768	-1,3%
Imposto sobre o rendimento do período	0	0,0%
Resultado líquido do período	-9 768	-1,3%

2015 – projeções

O resultado operacional, no montante de 10.788€, indica uma melhoria muito ligeira face ao ano anterior, de apenas 0,2%, insuficiente para reverter os resultados económicos negativos.

A estrutura de custos, excluindo os custos das mercadorias vendidas, mantém uma distribuição de pesos semelhante a 2014, com 55% dos custos resultantes dos custos com pessoal.

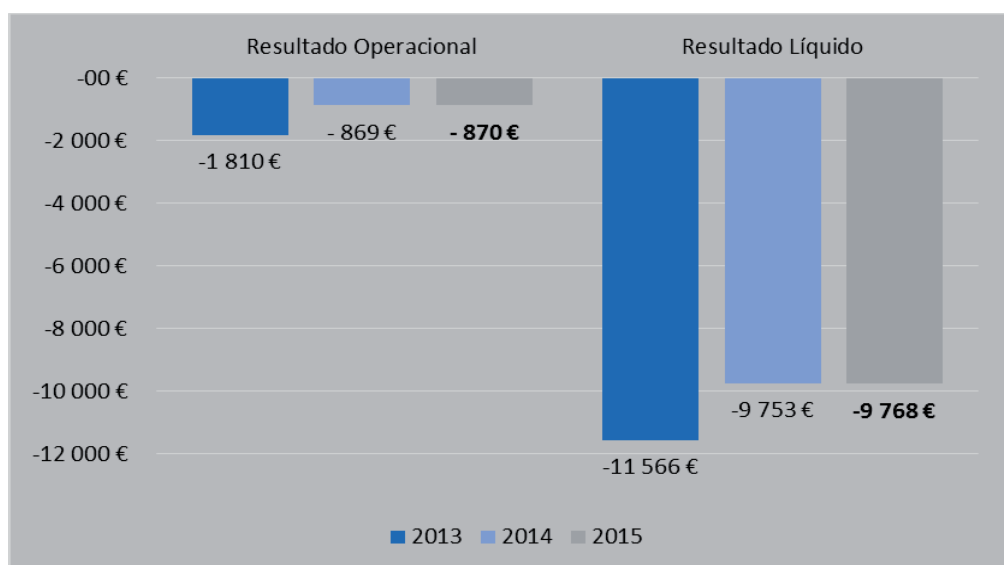
Gráfico n.º 6 – Custos das Farmácias



2015 – projeções

Em 2015, estima-se que a farmácia média continue a apresentar resultado operacional negativo, no valor de -870€, -0,1% do volume de negócios, bem como resultado líquido negativo de -9.768€, -1,3% do volume de negócios.

Gráfico n.º 7 - Indicadores Económicos



2015 – projeções

Com base no histórico de 2013 e 2014, e de projeções para 2015, verifica-se que o setor de farmácias está longe da recuperação económica.

Há uma melhoria pouco significativa dos resultados económicos, mas claramente insuficiente para reverter a tendência de resultados negativos que se tem verificado nos últimos anos.

6. Discussão e Conclusão

Os indicadores económicos e financeiros da farmácia média são essenciais para compreender a sustentabilidade da dispensa do medicamento em Portugal.

Os medicamentos sujeitos a receita médica e não sujeitos a receita médica comparticipados representam cerca de 75% do volume de vendas, o que significa que o resultado económico da rede de farmácias é altamente influenciado pelo enquadramento regulamentar do medicamento e pelas medidas políticas de controlo da despesa com medicamentos em ambulatório.

No período em análise, Portugal encontrava-se sob o Programa de Assistência Económica e Financeira e, como tal, com grandes restrições orçamentais que originaram um conjunto de medidas políticas de controlo da despesa, muitas delas na área do medicamento.

Os resultados encontrados refletem o contexto de crise. Verifica-se um padrão de resultados negativos, tanto a nível do resultado operacional como do resultado líquido. Há uma melhoria pouco significativa dos resultados económicos, que é claramente insuficiente para reverter a tendência de resultados negativos que se tem verificado nos últimos anos.

A farmácia média apresentava, em 2014, um resultado operacional negativo de -869€ e um resultado líquido negativo de -9.753€.

É de destacar que um serviço de dispensa tinha, em 2014, um valor médio de 13,51€. Isto significa que a farmácia média perdia 0,17€ por cada serviço de dispensa de medicamentos. Estes resultados vão ao encontro de outros estudos sobre o setor do medicamento e da economia da farmácia, que evidenciam a redução acentuada do preço dos medicamentos (OPSS, 2015), originando margens negativas na dispensa do medicamento (Barros, P. *et al*, 2012).

Também o número de farmácias com resultados negativos indica que pode estar em causa a viabilidade da rede de distribuição de medicamentos à população. Este indicador tem sido alvo de várias análises, com abordagens diferentes, mas com resultados que reforçam um cenário de inviabilidade económica das farmácias. Em 2014, 13% das empresas de comércio a retalho de produtos farmacêuticos apresentavam capitais próprios negativos e, em 2015, 16% dessas empresas tinham crédito vencido (Banco de Portugal, 2016). Apesar destes resultados não serem comparáveis, visto que as análises são efetuadas com base num universo que inclui todos os operadores, incluindo parafarmácias e outros espaços de saúde, bem como sobre as vendas de outros produtos farmacêuticos e de saúde, que não são influenciados pelas medidas políticas, são um indicador de incumprimento deste setor de atividade. Também as dinâmicas de entrada e saída do mercado, com um saldo negativo de reabertura de farmácias que encerraram devido a dificuldades económicas (OPSS, 2015), e o número de insolvências e penhoras, situação de 16,9% das farmácias do país em 2014, indicam um cenário de inviabilidade económica.

Em 2014, de acordo com os resultados apurados neste estudo, 69% das farmácias apresentavam resultado líquido negativo (no segmento de negócio associado à dispensa de medicamentos comparticipados).

Esta realidade de resultados sistematicamente negativos no período em análise (de 2013 a 2015) tem como consequência dificuldades no acesso ao medicamento devido ao possível encerramento de farmácias, mas também devido a redução de stocks por dificuldades de crédito das farmácias (OPSS, 2015).

Os resultados encontrados demonstram que, mantendo-se o modelo económico atual, a dispensa em Portugal de medicamentos sujeitos a receita médica e não sujeitos a receita médica comparticipados não é economicamente viável. Está, assim, em causa a sustentabilidade de um serviço de saúde de proximidade, que garante a qualidade e equidade da cobertura farmacêutica à população portuguesa. A farmácia é um espaço de saúde essencial para responder às necessidades em saúde das comunidades locais, particularmente em localidades do país de menor densidade populacional, onde não há acessibilidade a outros profissionais de saúde.

A tendência de resultados negativos que se verifica no setor de farmácias põe em causa o acesso da população ao medicamento e à assistência farmacêutica, um dos pilares fundamentais do nosso SNS e do direito à Saúde consagrado na Constituição da República Portuguesa.

7. Referências

- Banco de Portugal (2016), *Análise das empresas do setor farmacêutico*, Estudos da Central de Balanços
- Barros PP, Martins B, Moura A. (2012), *Evolução do sector das farmácias – revisitar o estudo “A situação concorrencial no sector das farmácias” de 2005*, Acedido em: <https://momentoseconomicos.files.wordpress.com/2012/07/margensfarmc3a1cias2012.pdf>
- CEFAR (2015), Estudo dos Recursos Humanos Farmacêuticos
- CEFAR (2015), Farmácias: Insolvência e Penhoras, Base de dados MOPE
- INFARMED (2015), Análise do Consumo de Medicamentos Não Sujeitos a Receita Médica fora das Farmácias
- Observatório Português dos Sistemas de Saúde (2015). *Acesso aos cuidados de saúde. Um direito em risco?, Relatório de Primavera 2015*. Acedido em: http://www.esenf.pt/fotos/noticias/relatorio_primavera_2015_1592244165580503cca677.pdf

8. Autores

Avelino Azevedo Antão

Contabilista Certificado e Revisor Oficial de Contas, membro do Conselho Superior da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, membro da Comissão de Revisão da Tradução das Normas Internacionais de Relato Financeiro, membro efetivo da Comissão de Normalização Contabilística e membro do Gabinete de Estudos da Ordem dos Contabilistas Certificados.

É também Professor Adjunto do quadro da Universidade de Aveiro, onde obteve a qualificação de Especialista de reconhecida experiência e competência profissional nas áreas de Contabilidade, Fiscalidade e Matérias da Auditoria e Revisão de Contas.

É Mestre em Contabilidade e Finanças Empresariais pela Universidade Aberta e possui pós-graduações avançadas em Direito Fiscal: Estratégias de Planeamento Fiscal e em Direito Fiscal: Tributação dos Instrumentos Financeiros e das Operações de Financiamento Empresarial, ambas pelo Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Possui ainda uma pós-graduação em Contabilidade e Finanças Empresariais, pela Universidade Aberta.

Avelino Antão também tem publicado livros e artigos ligados às áreas contabilística e da fiscalidade.

Carlos Manuel Grenha

Licenciado em Auditoria pelo ISCAL, Revisor Oficial de Contas n.º 1.266 e Contabilista Certificado n.º 16.845.

Foi presidente da Comissão de Acreditação de Cursos e membro da Comissão de preparação de Regulamento de Estágio e Exame da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, até 2005, membro da Comissão de Controlo de Qualidade da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e da Comissão Executiva da Comissão de Normalização Contabilística.

Foi, igualmente, membro da Comissão de acompanhamento para a discussão pública do novo sistema de normalização contabilística, no âmbito da Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais, e membro da Direção da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, de 1999 a 2005.

É colaborador da Oliveira, Reis & Associados, S.R.O.C., Lda. desde 1996 e sócio gerente desde 2007, docente do ensino superior e membro do Conselho Consultivo de diversas instituições de ensino superior.

É, ainda, coautor de livros relativos ao novo Sistema de Normalização Contabilística e autor de artigos em publicações especializadas na área financeira.



universidade de aveiro
theoria poiesis praxis

Campus Universitário de Santiago • 3810-193 Aveiro



OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Avenida da Liberdade, nº 245 - 8º A, B e C • 1250-143 LISBOA